

## Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Ativo	Em Reais	
		2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>170.458.172,09</b>	<b>127.413.513,15</b>
<b>Disponibilidades (Nota 3)</b>		<b>1.017.698,24</b>	<b>873.345,26</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)</b>		<b>101.561.116,47</b>	<b>85.923.237,81</b>
Carteira Própria		101.561.116,47	85.923.237,81
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 5)</b>		<b>26.670.954,70</b>	<b>2.277.425,26</b>
Centralização Financeira		26.670.954,70	2.277.425,26
<b>Operações de Crédito (Nota 6)</b>		<b>36.219.312,00</b>	<b>32.950.386,12</b>
Operações de Crédito - Setor Privado		37.846.128,98	35.306.138,11
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.626.816,98)	(2.355.751,99)
<b>Outros Créditos (Nota 7)</b>		<b>3.025.987,25</b>	<b>3.743.906,35</b>
Avais e Fianças		200.000,33	119.324,06
Rendas a Receber		313.601,82	174.795,15
Diversos		3.413.413,11	3.671.368,86
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(901.028,01)	(221.581,72)
<b>Outros Valores e Bens (Nota 8)</b>		<b>1.963.103,43</b>	<b>1.645.212,35</b>
Outros Valores e Bens		1.953.016,58	1.643.324,69
Despesas Antecipadas		10.086,85	1.887,66
<b>Não Circulante</b>		<b>45.658.119,49</b>	<b>45.781.895,98</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>41.328.768,00</b>	<b>42.282.225,06</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)</b>		-	<b>4.752.237,74</b>
Carteira Própria		-	4.752.237,74
<b>Operações de Crédito (Nota 6)</b>		<b>41.328.768,00</b>	<b>37.529.987,32</b>
Operações de Crédito - Setor Privado		43.696.390,83	37.529.987,32
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.367.622,83)	-
<b>Investimentos (Nota 9)</b>		<b>3.468.620,25</b>	<b>2.494.720,66</b>
Ações e Cotas		3.468.620,25	2.494.720,66
<b>Imobilizado (Nota 10)</b>		<b>852.022,78</b>	<b>991.311,84</b>
Outras Imobilizações de Uso		1.787.844,58	1.772.736,68
(-) Depreciações Acumuladas		(935.821,80)	(781.424,84)
<b>Intangível</b>		<b>8.708,46</b>	<b>13.638,42</b>
Softwares		64.945,26	64.945,26
(-) Amortizações Acumuladas		(56.236,80)	(51.306,84)
<b>Total do Ativo</b>		<b>216.116.291,58</b>	<b>173.195.409,13</b>



## Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Passivo	Em Reais	
		2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>187.029.377,35</b>	<b>150.248.945,23</b>
<b>Depósitos (Nota 11)</b>		<b>176.918.535,52</b>	<b>140.465.422,21</b>
Depósitos à Vista		33.473.338,90	25.980.918,85
Depósitos sob Aviso		745.968,14	875.689,77
Depósitos à Prazo		142.699.228,48	113.608.813,59
<b>Relações Interdependências (Nota 13)</b>		<b>5.469.145,94</b>	<b>5.355.929,66</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.469.145,94	5.355.929,66
<b>Obrigações por Empréstimos (Nota 12)</b>		<b>751.520,55</b>	<b>706.354,02</b>
Empréstimos no País-Outras Instituições		751.520,55	706.354,02
<b>Outras Obrigações (Nota 14)</b>		<b>3.890.175,34</b>	<b>3.721.239,34</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		52.290,71	13.852,43
Sociais e Estatutárias (Nota 14.1)		397.835,06	346.492,87
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14.2)		338.883,15	237.112,36
Diversas (Nota 14.3)		3.101.166,42	3.123.781,68
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>29.086.914,23</b>	<b>22.946.463,90</b>
<b>Capital Social (Nota 16.a)</b>		<b>20.861.951,67</b>	<b>16.803.060,80</b>
Capital		20.861.951,67	16.803.060,80
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>3.385.503,78</b>	<b>2.399.560,14</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 16.e)</b>		<b>4.839.458,78</b>	<b>3.743.842,96</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>216.116.291,58</b>	<b>173.195.409,13</b>

**Gaspar Laus**  
Presidente

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



**Demonstração da Sobras ou Perdas**  
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	2º Semestre 2017	12/2017	Em Reais
			12/2016
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>13.288.225,40</b>	<b>27.759.624,03</b>	<b>27.088.204,27</b>
Resultado com operações de crédito	9.507.530,15	18.664.275,02	17.367.196,34
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.780.695,25	9.095.349,01	9.721.007,93
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(7.762.593,15)</b>	<b>(16.121.374,70)</b>	<b>(14.627.304,46)</b>
Operações de captação no mercado	(5.555.129,47)	(12.162.371,77)	(12.673.905,52)
Operações de empréstimos e repasses	(2.508,77)	(5.075,24)	(5.329,36)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.204.954,91)	(3.953.927,69)	(1.948.069,58)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>5.525.632,25</b>	<b>11.638.249,33</b>	<b>12.460.899,81</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.243.875,21)</b>	<b>(7.166.439,41)</b>	<b>(7.993.934,95)</b>
Receitas de prestação de serviços	2.362.379,08	4.448.848,77	3.669.872,20
Despesas de pessoal	(3.441.770,66)	(6.791.306,80)	(6.687.732,11)
Outras despesas administrativas	(3.962.012,59)	(7.514.543,80)	(6.175.455,64)
Despesas Tributárias	(78.477,63)	(158.162,67)	(124.404,13)
Outras Receitas Operacionais	2.310.659,28	3.557.353,35	1.794.618,26
Outras Despesas Operacionais	(434.652,69)	(708.628,26)	(470.833,53)
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.281.757,04</b>	<b>4.471.809,92</b>	<b>4.466.964,86</b>
Resultado não operacional	99.236,63	144.100,53	(159.209,50)
<b>Resultado antes da tributação e da participação no lucro</b>	<b>2.380.993,67</b>	<b>4.615.910,45</b>	<b>4.307.755,36</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(37.044,56)</b>	<b>(67.685,99)</b>	<b>(53.097,95)</b>
Imposto de Renda	(16.988,59)	(31.040,71)	(24.490,35)
Contribuição Social	(20.055,97)	(36.645,28)	(28.607,60)
<b>Sobras Líquidas (perdas)</b>	<b>2.343.949,11</b>	<b>4.548.224,46</b>	<b>4.254.657,41</b>

**Gaspar Laus**  
Presidente

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Capital Social	Reserva de Sobras			Sobras a Disposição da AGO	<u>Em Reais</u>
		Legal	Fundo de Estabilidade Financeira			Total
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>12.420.295,85</b>	<b>988.473,96</b>	<b>569.418,94</b>	<b>2.653.282,33</b>	<b>16.631.471,08</b>	
<b>MUTAÇÕES EM 2016</b>	<b>4.382.764,95</b>	<b>742.158,97</b>	<b>99.508,27</b>	<b>1.090.560,63</b>	<b>6.314.992,82</b>	
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Constituição de Reservas Ao Capital	-	290.000,00	-	(290.000,00)	-	
	2.363.282,33	-	-	(2.363.282,33)	-	
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.872.283,40	-	-	-	<b>2.872.283,40</b>	
Por Devolução (-)	(852.800,78)	-	-	-	<b>(852.800,78)</b>	
<b>Reversões de Reservas Sobras ou Perdas Líquidas</b>	-	-	(126.571,21)	126.571,21	-	
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>	-	-	-	4.254.657,41	<b>4.254.657,41</b>	
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>						
Fundo de Reserva F A T E S	-	452.158,97	226.079,48	(678.238,45)	-	
	-	-	-	(226.079,48)	<b>(226.079,48)</b>	
<b>Reversões de Reservas de fundos obrigatórios:</b>						
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	379.079,94	<b>379.079,94</b>	
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>16.803.060,80</b>	<b>1.730.632,93</b>	<b>668.927,21</b>	<b>3.743.842,96</b>	<b>22.946.463,90</b>	
<b>MUTAÇÕES EM 2017</b>	<b>4.058.890,87</b>	<b>479.932,35</b>	<b>506.011,29</b>	<b>1.095.615,82</b>	<b>6.140.450,33</b>	
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Constituição de Reservas Ao Capital	-	-	1.266.045,12	(1.266.045,12)	-	
	2.460.724,94	-	-	(2.460.724,94)	-	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(17.072,90)	<b>(17.072,90)</b>	
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.495.592,10	-	-	-	<b>2.495.592,10</b>	
Por Devolução (-)	(897.426,17)	-	-	-	<b>(897.426,17)</b>	
<b>Reversões de Reservas Sobras ou Perdas Líquidas</b>	-	-	(1.000.000,00)	1.000.000,00	-	
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>	-	-	-	4.548.224,46	<b>4.548.224,46</b>	
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>						
Fundo de Reserva F A T E S	-	479.932,35	239.966,17	(719.898,52)	-	
	-	-	-	(239.966,17)	<b>(239.966,17)</b>	
<b>Reversões de Reservas de fundos obrigatórios:</b>						
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	398.973,50	<b>398.973,50</b>	
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>20.861.951,67</b>	<b>2.210.565,28</b>	<b>1.174.938,50</b>	<b>4.839.458,78</b>	<b>29.086.914,23</b>	

Gaspar Laus  
Presidente

Camila Erika Nicolau  
Contadora  
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



**Demonstração dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais	
	12/2017	12/2016
<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>		
<b>Ajustes:</b>		
Sobras/Perdas do Exercício	4.615.910,45	4.307.755,36
IRPJ / CSLL	(67.685,99)	(53.097,95)
Provisão para Operações de Crédito	1.638.687,82	755.911,04
Depreciações e Amortizações	159.326,92	(191.493,83)
	<b>6.346.239,20</b>	<b>4.819.074,62</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>	<b>(3.554.128,62)</b>	<b>(14.478.635,26)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	4.752.237,74	861.616,04
Operações de Crédito	(8.706.394,38)	(13.478.287,97)
Outros Créditos	717.919,10	(2.004.471,65)
Outros Valores e Bens	(317.891,08)	142.508,32
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>	<b>36.780.432,12</b>	<b>37.724.711,15</b>
Depósitos à Vista	7.492.420,05	5.198.776,50
Depósitos sob Aviso	(129.721,63)	(16.612,99)
Depósitos à Prazo	29.090.414,89	32.812.613,89
Outras Obrigações	168.936,00	72.061,54
Relações Interdependências	113.216,28	(635.690,53)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	45.166,53	293.562,74
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>39.572.542,70</b>	<b>28.065.150,51</b>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u></b>		
Investimento	(973.899,59)	(634.456,66)
Imobilizações de Uso	(15.107,90)	318.017,86
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(989.007,49)</b>	<b>(316.438,80)</b>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u></b>		
Aumento por novos aportes de Capital	2.495.592,10	2.872.283,40
Devolução de Capital à Cooperados	(897.426,17)	(852.800,78)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(17.072,90)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(239.966,17)	(112.147,67)
FATES - Sobras Exercício	(147.874,49)	(226.079,48)
Absorção de Despesas - FATES	398.973,50	379.079,94
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.592.225,87</b>	<b>2.060.335,41</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>40.175.761,08</b>	<b>29.809.047,12</b>
<b>Modificações em Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	89.074.008,33	59.264.961,21
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	129.249.769,41	89.074.008,33
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>40.175.761,08</b>	<b>29.809.047,12</b>

Gaspar Laus  
Presidente

Camila Erika Nicolau  
Contadora  
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **30/05/2003**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ADVOCACIA** possui **10** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJAÍ - SC, VIDEIRA - SC, CONCÓRDIA - SC, CHAPECÓ - SC, CRICIÚMA - SC, BLUMENAU - SC, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, JOINVILLE – SC.**

O **SICOOB ADVOCACIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 14/2/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas

Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

## **2. Resumo das principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **d) Aplicação em títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **r) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

### 3. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	987.131,35	870.839,92
Depósitos Bancários	30.566,89	2.505,34
<b>TOTAL</b>	<b>1.017.698,24</b>	<b>873.345,26</b>

### 4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	101.561.116,47	90.675.475,55
<b>TOTAL</b>	<b>101.561.116,47</b>	<b>90.675.475,55</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

### 5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	26.670.954,70	2.277.425,26
<b>TOTAL</b>	<b>26.670.954,70</b>	<b>2.277.425,26</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	120.997,58	-	<b>120.997,58</b>	97.197,56
Empréstimos	27.307.331,48	33.326.694,08	<b>60.634.025,56</b>	54.515.583,68
Títulos Descontados	4.909.554,58	-	<b>4.909.554,58</b>	5.166.330,20
Financiamentos	5.508.245,34	10.369.696,75	<b>15.877.942,09</b>	13.057.013,99
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.626.816,98)	(2.367.622,83)	<b>(3.994.439,81)</b>	(2.355.751,99)
<b>TOTAL</b>	<b>36.219.312,00</b>	<b>41.328.768,00</b>	<b>77.548.080,00</b>	<b>70.480.373,44</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	1.577.395,16	-	170.897,27	1.748.292,43	-	3.304.612,23	-
A	0,5%	Normal	18.291.489,92	98.917,80	8.100.973,51	26.491.381,23	(132.456,91)	32.509.304,78	(162.546,52)
B	1%	Normal	32.338.829,45	2.487.119,94	6.537.305,76	41.363.255,15	(413.632,55)	25.730.019,29	(257.300,19)
B	1%	Vencidas	305.610,42	259,51	107.293,78	413.163,71	(4.131,64)	737.869,00	(7.378,69)
C	3%	Normal	2.547.905,84	348.362,29	539.197,51	3.435.465,64	(103.063,97)	2.979.000,78	(89.370,02)
C	3%	Vencidas	657.060,74	5.643,05	274.637,56	937.341,35	(28.120,24)	1.359.321,38	(40.779,64)
D	10%	Normal	1.326.234,90	72.230,65	20.666,56	1.419.132,11	(141.913,21)	2.786.323,80	(278.632,38)
D	10%	Vencidas	939.749,26	7.859,65	20.876,37	968.485,28	(96.848,53)	1.031.412,99	(103.141,30)
E	30%	Normal	840.898,18	36.998,04	22.345,64	900.241,86	(270.072,56)	322.859,18	(96.857,75)
E	30%	Vencidas	542.756,00	9.249,97	72.884,89	624.890,86	(187.467,26)	734.756,08	(220.426,82)
F	50%	Normal	336.489,82	48.777,64	-	385.267,46	(192.633,73)	175.246,65	(87.623,33)
F	50%	Vencidas	292.767,19	11.562,17	10.863,24	315.192,60	(157.596,30)	91.690,22	(45.845,11)
G	70%	Normal	124.656,72	14.609,67	-	139.266,39	(97.486,47)	72.251,11	(50.575,78)
G	70%	Vencidas	770.049,84	3.711,47	-	773.761,31	(541.634,01)	287.278,89	(201.095,41)
H	100%	Normal	216.479,40	59.411,74	-	275.891,14	(275.891,14)	101.503,72	(101.503,72)
H	100%	Vencidas	1.307.575,86	43.915,43	-	1.351.491,29	(1.351.491,29)	612.675,33	(612.675,33)
<b>Total Normal</b>			57.600.379,39	3.166.427,77	15.391.386,25	76.158.193,41	(1.627.150,54)	67.981.121,54	(1.124.409,69)
<b>Total Vencidos</b>			4.815.569,31	82.201,25	486.555,84	5.384.326,40	(2.367.289,27)	4.855.003,89	(1.231.342,30)
<b>Total Geral</b>			62.415.948,70	3.248.629,02	15.877.942,09	81.542.519,81	(3.994.439,81)	72.836.125,43	(2.355.751,99)
<b>Provisões</b>			(3.620.724,68)	(204.194,16)	(169.520,97)	(3.994.439,81)	-	(2.355.751,99)	-
<b>Total Líquido</b>			58.795.224,02	3.044.434,86	15.708.421,12	77.548.080,00	-	70.480.373,44	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositante/Cheque Especial/ Conta Garantida	3.248.629,02	-	-	<b>3.248.629,02</b>
Empréstimos	7.100.628,62	17.079.071,42	33.326.694,08	<b>57.506.394,12</b>
Títulos Descontados	4.502.462,91	407.091,67	-	<b>4.909.554,58</b>
Financiamentos	1.500.221,66	4.008.023,68	10.369.696,75	<b>15.877.942,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.351.942,21</b>	<b>21.494.186,77</b>	<b>43.696.390,83</b>	<b>81.542.519,81</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	20.424,38	1.336.712,29	28.201,33	1.385.338,00	<b>2%</b>
Setor Privado - Serviços	753.669,23	23.587.662,66	2.106.784,38	26.448.116,27	<b>32%</b>
Pessoa Física	2.471.306,30	48.097.951,50	2.623.797,04	53.193.054,84	<b>65%</b>
Outros	3.229,11	362.009,76	150.771,83	516.010,70	<b>1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.248.629,02</b>	<b>73.384.336,21</b>	<b>4.909.554,58</b>	<b>81.542.519,81</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.072.448,75	1.139.579,05
Valor das operações transferidas no período	1.567.079,33	1.003.857,62
Valor das operações recuperadas no período	(232.984,90)	(70.987,92)
<b>TOTAL</b>	<b>3.406.543,18</b>	<b>2.072.448,75</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	200.000,33	119.324,06
Rendas a Receber	313.601,82	174.795,15
Diversos (a)	3.413.413,11	3.671.368,86
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(901.028,01)	(221.581,72)
<b>TOTAL</b>	<b>3.025.987,25</b>	<b>3.743.906,35</b>

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por compra de valores e bens.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.937.416,58	1.641.224,69
Material em Estoque	15.600,00	2.100,00
Despesas Antecipadas (b)	10.086,85	1.887,66
<b>TOTAL</b>	<b>1.963.103,43</b>	<b>1.645.212,35</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, IPTU, processamento de dados.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	3.468.620,25	2.494.720,66
<b>TOTAL</b>	<b>3.468.620,25</b>	<b>2.494.720,66</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Instalações	129.292,80	125.843,80	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(47.490,97)	(25.755,67)	
Móveis e equipamentos de Uso	945.864,71	936.090,72	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(424.364,45)	(344.063,25)	
Sistema de Comunicação	31.020,00	31.020,00	20%
Sistema de Processamento de Dados	602.349,07	564.464,16	10%
Sistema de Segurança	79.318,00	79.318,00	10%
Sistema de Transporte	-	36.000,00	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(463.966,38)	(411.605,92)	
<b>TOTAL</b>	<b>852.022,78</b>	<b>991.311,84</b>	

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o

prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	33.473.338,90	25.980.918,85
Depósito Sob Aviso	745.968,14	875.689,77
Depósito a Prazo	142.699.228,48	113.608.813,59
<b>TOTAL</b>	<b>176.918.535,52</b>	<b>140.465.422,21</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(78.120,82)	(116.447,77)
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.845.018,81)	(12.376.100,26)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(239.232,14)	(181.357,49)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.162.371,77)</b>	<b>(12.673.905,52)</b>

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	751.520,55	706.354,02
<b>TOTAL</b>	<b>751.520,55</b>	<b>706.354,02</b>

## 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	5.469.101,05	5.355.890,25
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	44,89	39,41
<b>TOTAL</b>	<b>5.469.145,94</b>	<b>5.355.929,66</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

## 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.290,71	13.852,43
Sociais e Estatutárias	397.835,06	346.492,87
Fiscais e Previdenciárias	338.883,15	237.112,36
Diversas	3.101.166,42	3.123.781,68
<b>TOTAL</b>	<b>3.890.175,34</b>	<b>3.721.239,34</b>

### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	249.960,57	226.079,48
Resultado de Atos com Não Associados (a)	147.874,49	120.413,39
<b>TOTAL</b>	<b>397.835,06</b>	<b>346.492,87</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	11.564,56	-
Impostos e contribuições a recolher	327.318,59	237.112,36
<b>TOTAL</b>	<b>338.883,15</b>	<b>237.112,36</b>

### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.564,68	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	259.171,15	1.538.724,72
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.273.565,63	1.222.469,80
Provisão para Passivos Contingentes (b)	35.000,00	191.935,76
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	141.433,72	-
Credores Diversos – País (c)	1.389.431,24	170.651,40
<b>TOTAL</b>	<b>3.101.166,42</b>	<b>3.123.781,68</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas, e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	-	-	35.000,00	-
Outros	35.000,00	-	32.343,53	-
<b>TOTAL</b>	<b>35.000,00</b>	<b>-</b>	<b>67.343,53</b>	<b>-</b>

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

*"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de*

recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em **31/12/2017**, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Cível	Provável	35.000,00	35.000,00	32.343,53
Cível	Possível	117.600,00	-	-
<b>Total</b>		<b>152.600,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>32.343,53</b>

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	141.433,72	124.592,23

(c) Refere-se, substancialmente, a crédito de terceiros e saldos encerramento Conta Corrente.

## 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ADVOCACIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	20.861.951,67	16.803.060,80
Associados	7.397	6.610

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 5%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades

#### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/4/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$2.477.797,85 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais, oitenta e cinco centavos).

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>01. Resultado depois Trib. s/ Lucro</b>	<b>4.548.224,46</b>	<b>4.254.657,41</b>
<b>02. (+/-) Demais Resultados</b>	<b>398.973,50</b>	<b>379.079,94</b>
(+) Realização do FATES	398.973,50	379.079,94
<b>03. Resultado do Período (1+2)</b>	<b>4.947.197,96</b>	<b>4.633.737,35</b>
(-) FATES Resultado com Não Associados	(147.874,49)	(112.147,67)
(-) FATES	(239.966,17)	(226.079,48)
(-) Reserva Legal	(479.932,35)	(452.158,97)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(239.966,17)	(226.079,48)
(+) Reversão Reservas	1.000.000,00	126.571,21
<b>04. Sobras a Disposição da AGO</b>	<b>4.839.458,78</b>	<b>3.743.842,96</b>

#### 17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	436.649,49	356.548,63
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	155.216,53	25.877,12
Reversão de Outras Provisões Operacionais	657.903,24	687.243,14
Rendas Juros Cartão de Crédito	795.167,82	659.023,93
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	155.349,40	233.405,17
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	15.041,15	1.772,42
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	24.567,48	4.725,85
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	232.399,51	155.940,88
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	126.835,40	99.605,54
Atualização de Depósitos Judiciais	-	78,30
Outras Rendas Operacionais	70.339,94	23.156,39
<b>TOTAL</b>	<b>2.669.469,96</b>	<b>2.247.377,37</b>

#### 17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	60.372,69	62.945,21
Rendas de Empréstimos	14.206.360,86	13.315.616,38
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.374.236,61	1.485.388,43
Rendas de Financiamentos	2.661.359,77	2.432.383,12
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	9.095.349,01	9.721.007,93
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	361.945,09	70.863,20
<b>TOTAL</b>	<b>27.759.624,03</b>	<b>27.088.204,27</b>

## 18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(105.729,40)	(86.377,12)
Despesas de Descontos Concedidos	(10.090,47)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(164.323,48)	(105.095,60)
Provisão para Passivos Trabalhistas	(9.159,63)	(26.697,59)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(4.972,49)	(5.984,38)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(3.274,50)	(4.092,08)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(181.970,19)	(170.790,70)
Outras Despesas Operacionais	(229.108,10)	(73.500,37)
Provisão para Garantias Prestada	-	(93.398,35)
Garantias Financeiras Prestadas	(172.058,02)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(880.686,28)</b>	<b>(565.936,19)</b>

### 18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(12.162.371,77)	(12.673.905,52)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.075,24)	(5.329,36)
Provisões para operações de crédito	(3.953.927,69)	(1.948.068,58)
<b>TOTAL</b>	<b>(16.121.374,70)</b>	<b>(14.627.304,46)</b>

## 19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	35.417,57	-
Outras Receitas não Operacionais	229.705,81	83.453,50
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(9.703,92)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(121.022,85)	(232.959,08)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>144.100,53</b>	<b>(159.209,50)</b>

## 20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	156.204,57	6%
Empréstimo	1.224.427,75	2%
Financiamento	237.919,17	1%
Títulos Descontados	369.839,83	7%



Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.321.689,20	3,94%	0%
Depósitos a Prazo	6.157.025,53	4,28%	0,54%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	1,14%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	4,34%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	1.708.700,00

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	492.812,59
Encargos Sociais	76.249,60

## 21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ADVOCACIA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## 22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

## 22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## 22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

### 22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.



### **23. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### **24. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB ADVOCACIA** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2017**.

**Gaspar Laus**  
Presidente

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia  
Florianópolis - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016**

As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 20 de fevereiro de 2018.



Rui de Assis Vasconcelos  
Contador – CRC MG75505/O-3

Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina – SICOOB Advocacia, em conformidade com suas atribuições dispostas no Art. 93 do Estatuto Social da Cooperativa, após análise das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e, com base nos exames, constatamos que nenhuma circunstância relevante está conflitante com as peças contábeis por nós verificadas.

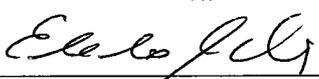
Diante disso, conclui o Conselho Fiscal que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICOOB Advocacia.

Sendo favorável, recomendamos que os citados documentos sejam aprovados pelos Senhores Associados em Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 16 de março de 2018.

**CONSELHO FISCAL:**

  
\_\_\_\_\_  
Neiron Luiz de Carvalho

  
\_\_\_\_\_  
Eduardo Luis Silva

  
\_\_\_\_\_  
Rejane da Silva Sánchez